



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13228 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)
 ISSN: 2447-2808
 GT06 - Educação Popular

Ginecologia Natural como prática popular em defesa dos corpos que sangram - uma experiência com adolescentes de Água Vermelha (SP)
 Isabela Chacon Saggioro - UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
 Iraí Maria de Campos Teixeira - UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
 Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

GINECOLOGIA NATURAL COMO PRÁTICA POPULAR EM DEFESA DOS CORPOS QUE SANGRAM – UMA EXPERIÊNCIA COM ADOLESCENTES DE ÁGUA VERMELHA (SP)

Resumo: Em um compromisso com a Educação Popular em Saúde (EPS) e com a construção de referenciais menos sexistas, heteronormativas e racistas no cuidado dos corpos que menstruam, pretende-se viabilizar a temática da Ginecologia Natural (GN) em uma rede de atenção primária a saúde. A GN é um movimento latino americano que surge pra contestar o modelo colonial de abordagem em saúde de corpos com útero, resgatando o lugar pedagógico do corpo e da natureza como proposta de autonomia e autoconhecimento. A pesquisa está em fase de coleta de dados e contará com a participação de adolescentes que menstruam cadastrados na Unidade de Saúde de Água Vermelha, distrito rural de São Carlos (SP). Irão compor os encontros uma entrevista coletiva e articulação de rodas de conversa e partilhas sobre GN, orientadas pelos princípios da EPS, com o intuito de identificar processos educativos ocorridos nas trocas a partir da análise dos sentidos. Espera-se que essa iniciativa se traduza em uma prática pedagógica crítica para as pessoas envolvidas, almejando ser uma experiência em prol da dignidade menstrual e dos direitos das pessoas com útero.

Palavras-chave: ginecologia autônoma; dignidade menstrual; educação popular em saúde;

INTRODUÇÃO

Pretende-se viabilizar a temática da Ginecologia Natural, em uma pesquisa orientada pela Educação Popular, na rede de atenção primária à saúde de São Carlos. O objetivo se dá na compreensão das experiências em relação ao ciclo menstrual por adolescentes cadastrados na USF de Água Vermelha - São Carlos (SP) e, na elaboração de grupos de partilha de saberes sobre Ginecologia Natural, identificar processos educativos. Espera-se que essa iniciativa se traduza em uma prática pedagógica crítica a fim de contribuir com a equidade de gênero e na luta dos direitos das pessoas com útero.

Esse estudo insere-se na linha de pesquisa Prática Sociais e Processos Educativos (PSPE) e tem como cerne de suas produções de sentido o protagonismo latino-americano e as identidades historicamente oprimidas que desafiam a colonialidade do poder para própria sobrevivência (DUSSEL, 2007).

Em se tratando de abordagens hegemônicas, o modelo de cuidado da ginecologia nasceu no século XIX a partir de ferramentas coloniais e continua a operar a partir da mesma lógica (MEINERZ E SANTOS, 2022). Ela opera sua colonialidade através do gênero, da heteronormatividade e do racismo, uma vez que se institucionalizou a partir da exploração de corpos de mulheres negras e a continuidade dessa história é demonstrada, por exemplo, nos dados que identificam o marcador de raça como determinante social das violências e negligências materno-infantis em nosso país (MEINERZ E SANTOS, 2022).

Nesse sentido, a temática da Ginecologia Natural apresenta uma congruência epistemológica com a discussão levantada, pois ela própria se configura como uma resposta em busca de decolonizar as narrativas e cuidados em saúde dos corpos com útero. Fundamenta-se em movimentos feministas, em saberes dos povos originários, das parteiras e benzedeadas, e até mesmo na própria natureza como fonte pedagógica pro entendimento cíclico dessas corporeidades (SALA, 2021).

É necessário destacar que o presente trabalho segue os princípios da Educação Popular em Saúde (EPS). A EPS é um potente campo de prática social, além de ser referencial teórico e metodológico, “alicerçado em princípios éticos e culturais e comprometidos com o popular” (BRASIL, 2014, p.18).

Tendo em vista que o movimento da Ginecologia Natural se articula com os propósitos práticos e epistemológicos da EPS, a escolha de uma unidade de saúde da família como campo de pesquisa colabora com a portaria Nº 2.761/2013, que prevê a promoção da Educação Popular em Saúde pela atenção básica. Essa portaria institucionaliza a EPS no SUS, a partir da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEP-SUS), em 2013, como ferramenta estratégica para a integralidade do cuidado e fortalecimento da atenção básica nas redes regionais de atenção à saúde.

METODOLOGIA

A pesquisa está em fase inicial de coleta de dados. O projeto foi aprovado pelo comitê de Ética com o CAAE número 65066622.7.0000.5504. Serão convidados todos os adolescentes de 12 a 18 anos que menstruam, sejam eles meninas, homens trans ou pessoas não binárias, cadastrados na USF de Água Vermelha (SP) a participarem da pesquisa. Pretende-se formar um grupo com maior representatividade em relação aos critérios de idade, identidade de gênero e étnico-racial.

A USF se aloca em um distrito predominantemente rural e os membros da equipe possuem a formação nacional conhecida como EDPOPSUS da Fiocruz. Tendo em vista que a prática da Educação Menstrual corresponde aos princípios da Educação Popular em Saúde, a escolha do local se justifica na aptidão da equipe que possui formação necessária para apoiar essa atividade, convidar os jovens, orientar e esclarecer dúvidas com seus responsáveis. Além disso, por fazer parte da Educação Menstrual saberes populares e rurais, é de relevância social que essa prática seja realizada em uma localidade rural.

A pesquisa em Educação Popular pressupõe uma metodologia coletiva na construção dos saberes a fim de que todos os envolvidos no processo sejam autores e transformadores da realidade (OLIVEIRA, 2014). Portanto, o estudo será de caráter qualitativo com base em pressupostos da pesquisa participante que, a partir de uma pedagogia dialógica e intersubjetiva, visa romper a verticalidade do poder implicada na relação pesquisador-pesquisando (MOURA E LIMA, 2015). Em congruência com essa postura, o primeiro encontro se delineará a partir de uma entrevista coletiva para compreensão das intersecções entre a temática da pesquisa e a realidade das pessoas participantes.

A partir dos interesses levantados nesse contato inicial, serão combinadas as rodas de conversa, cuja frequência semanal ou mensal será decidida entre o grupo. Cada roda terá um tema específico e suas dinâmicas acontecerão na perspectiva da educação popular. São possibilidades de tema: história e conceituação da menstruação, diversidade de gênero, possibilidades de enfrentamento à pobreza menstrual, gestão e autonomia das fases cíclicas e a promoção de saberes populares e rurais no cuidado das disfunções do ciclo. As temáticas poderão ser alteradas caso isso seja sugerido entre as pessoas participantes. Os dados serão sistematizados em diários de campo e a análise dos sentidos (SPINK, 2010) viabilizará a compreensão dos processos educativos decorrentes dos encontros.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS PARCIAIS

Para além dos resultados da pesquisa, em uma ação dentro da Educação Popular espera-se que a relevância esteja nos processos educativos que ocorrerão ao longo do processo investigativo. A partir das trocas intersubjetivas e de ferramentas que lhes permitam conhecer melhor seus próprios corpos, aspira-se a superação de mitos de inferioridade de raízes sexistas e LGBTQIA+fóbicas, e que as e os adolescentes se tornem multiplicadores desses saberes para as suas comunidades. Almeja-se, também, que a unidade de saúde envolvida no processo de pesquisa perceba a relevância da temática para a população atendida pelo serviço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver práticas pedagógicas que garantam a dignidade menstrual vai ao encontro da garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, pois prevê o direito à autonomia corporal e gestão de saúde para pessoas que menstruam (SANTOS, 2021). Portanto, colaborar como uma referência científica no âmbito educacional, em direção a difusão da Ginecologia Natural como prática educativa em prol dos direitos sexuais e da dignidade menstrual, também é um resultado esperado para esta pesquisa. Lutar para que esse conhecimento alcance os currículos escolares é lutar em busca de transformar as realidades afetadas pela pobreza menstrual, principalmente no que diz respeito ao constrangimento, abandono escolar e falta de acesso à informação (SANTOS, 2021).

Por fim, desconstruir a imposição dos binarismos, abordagens sexistas, racistas e heteronormativas se faz necessário na abordagem sobre ciclos menstruais, a fim de promulgar a consciência da necessidade de reparação histórica e restituição de direitos perante todas as pessoas portadoras de um útero. Assim, essa pesquisa pretende subsidiar a literatura científica com referências de uma pedagogia menstrual que traz como proposta uma abordagem decolonial que resiste na exterioridade (AQUINO PEREIRA, 2022; DUSSEL, 2007) com seus princípios populares, feministas e rurais.

REFERÊNCIAS

AQUINO PEREIRA, M. J. de. Se todos/as somos filósofos/as por que estudar filosofia? E se não somos, para que estudá-la então?. *MOTRICIDADES: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 140–151, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. II Caderno de educação popular em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

DUSSEL, E. *Ética da liberação: na idade da globalização e da exclusão*. 3ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MEINERZ, N. E.; DOS SANTOS, J. N. Ginecologia e colonialidade: intersecções de raça e sexualidade. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 24, n. 3, 2022.

MOURA, A. B. F.; LIMA, M. da G. S. B. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. *INTERFACES DA EDUCAÇÃO*, [S. l.], v. 5, n. 15, 2015.

OLIVEIRA, M. W.; SOUSA, F. B. *Processos educativos em práticas sociais: reflexões e proposições teórico-metodológicas*. São Carlos: EdUfscar, 2014.

SALA, N. C. La Educación Menstrual como proyecto feminista de investigación/acción. *Revista Pedagógica*, v. 23, p. 1-22, 2021.

SANTOS, C. C. M. *Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdades e Violações de Direitos*. 2021.

SPINK, M. J P. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.